



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO MECANISMO INTERLIGAR A EUROPA NO DOMÍNIO DAS REDES TRANSEUROPEIAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Promoção da conectividade à Internet em comunidades locais: WiFi4EU (WiFi4EU-2018-1)

1. CONTEXTO E FUNDAMENTAÇÃO

O contexto geral do presente convite à apresentação de candidaturas está definido nas secções 2.3.2 e 4 do Programa de Trabalho alterado da vertente Telecomunicações do MIE 2017¹ e do Programa de Trabalho da vertente Telecom do MIE 2018², conforme publicado na página WiFi4EU do sítio Web INEA³. O contexto e a fundamentação do presente convite à apresentação de candidaturas estão definidos na secção 4.1.1 do Programa de Trabalho 2017 alterado e no Programa de Trabalho 2018.

Para efeitos do presente convite, será concedida uma subvenção simplificada sobre a forma de um montante fixo (um «vale»).

2. PRIORIDADES E OBJETIVOS

2.1 Resultados prioritários

Os resultados prioritários do presente convite estão definidos na secção 4.1.2 do Programa de Trabalho 2017 alterado e do Programa de Trabalho 2018.

A iniciativa WiFi4EU é um regime de apoio destinado a proporcionar acesso à Internet de elevada qualidade aos residentes locais e aos visitantes nos centros de vida pública local.

¹ Programa de Trabalho alterado da vertente telecomunicações do MIE 2017 — Decisão de Execução da Comissão C(2017) 7732. Ver também o Regulamento (UE) 2017/1953 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2017, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1316/2013 e (UE) n.º 283/2014 no que se refere à promoção de conectividade à Internet em comunidades locais (Texto relevante para efeitos do EEE): <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32017R1953>

² Decisão de Execução C(2018) 568 da Comissão.

³ <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>

Espera-se que uma tal conectividade local sem fios gratuita e isenta de condições discriminatórias contribua para colmatar o fosso digital, nomeadamente nas zonas mais atrasadas em termos de literacia digital, como as zonas rurais e remotas.

Também se espera que permita um melhor acesso aos serviços em linha a fim de melhorar a qualidade de vida nas comunidades locais, facilitando o acesso a serviços como, por exemplo, a saúde em linha e a administração pública em linha, permitindo a criação de novas ofertas de inclusão digital, por exemplo cursos de informática e de utilização da Internet, e promovendo o desenvolvimento de pequenas e médias empresas locais inovadoras em termos de produtos e serviços digitais.

2.2 Resultados esperados da assistência financeira

Os benefícios e resultados esperados do presente convite estão definidos na secção 4.1.2 do Programa de Trabalho 2017 alterado e do Programa de Trabalho 2018. Prevê-se a concessão de um número indicativo de 2800 vales no âmbito do presente convite.

3. CALENDÁRIO

Data de abertura do convite à apresentação de candidaturas	7 de novembro de 2018 (13:00:00 CET)
Data de encerramento do convite à apresentação de candidaturas	9 de novembro de 2018 (17:00:00 CET)
Avaliação das candidaturas	Novembro de 2018 (indicativo)
Consulta do Comité de Coordenação do Mecanismo Interligar a Europa (MIE)	Novembro de 2018 (indicativo)
Adoção da decisão de seleção	Dezembro de 2018 (indicativo)
Preparação e assinatura das convenções de subvenção	Dezembro de 2018 (indicativo)

4. ORÇAMENTO

O montante indicativo a atribuir no âmbito do presente convite à apresentação de candidaturas da iniciativa WIFI4EU é de 42 milhões de EUR. O montante de cada vale a atribuir será de 15000 EUR sob a forma de um montante fixo.

5. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

São os seguintes os quatro requisitos de admissibilidade:

1. As candidaturas devem ser **apresentadas por via eletrónica** através do Portal WiFi4EU⁴.

⁴ <https://www.wifi4eu.eu/#/home>

2. As candidaturas devem ser apresentadas utilizando a **conta EU login⁵ utilizada para o registo do município**.

3. As candidaturas devem estar **completas**, ou seja, incluir os seguintes dois documentos comprovativos — que devem ser legíveis — carregados através do Portal WiFi4EU:

1. Formulário de prova de consentimento do representante legal para concorrer (ou seja, presidente/chefe do município) (incluindo cópia do bilhete de identidade/passaporte)⁶
2. Cópia de um ato da nomeação do representante legal

4. As candidaturas devem ser **apresentadas depois da abertura do convite e dentro do prazo do convite** indicado na secção 3 supra.

O Portal WiFi4EU não permitirá a apresentação de candidaturas se os dois documentos comprovativos mencionados supra não tiverem sido carregados no Portal.

Não são admissíveis candidaturas ou parte(s) de candidaturas apresentadas por correio eletrónico ou em papel.

Cada beneficiário apenas pode beneficiar de um único vale durante toda a vigência da iniciativa.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

6.1 Candidatos elegíveis

Em conformidade com o Programa de Trabalho 2017 alterado e o Programa de Trabalho 2018, as candidaturas só podem ser apresentadas por um município ou por uma associação de municípios em nome dos seus membros estabelecidos num Estado-Membro da UE, na Noruega ou na Islândia⁷. Os candidatos devem estar inscritos na lista⁸ de municípios e associações de municípios elegíveis na data da publicação do convite à apresentação de candidaturas⁹.

NB: As associações de municípios podem candidatar-se em nome dos seus membros, ou seja, um ou vários municípios. No entanto, as associações de municípios não podem ser beneficiárias de vales. Unicamente os municípios individuais podem beneficiar de um vale.

⁵ Para mais informações sobre a forma de obter o EU Login, ver <https://webgate.ec.europa.eu/cas>

⁶ Este formulário está disponível aqui: <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>

⁷ Em conformidade com a secção 5.3.1 do Programa de Trabalho 2017 alterado, os países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) que sejam membros do Espaço Económico Europeu (EEE) podem participar no convite à apresentação de candidaturas, mesmo quando não explicitamente mencionados no texto do Programa de Trabalho, com os mesmos direitos, obrigações e requisitos que os Estados-Membros da UE.

⁸ Ver: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/list-eligible-entities-wifi4eus-first-call>

⁹ O artigo 9.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1316/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que cria o Mecanismo Interligar a Europa, altera o Regulamento (UE) n.º 913/2010 e revoga os Regulamentos (CE) n.º 680/2007 e (CE) n.º 67/2010 (Texto relevante para efeitos do EEE) (<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32013R1316>) estabelece que, a fim de evitar encargos administrativos e eliminar a necessidade de acordo sobre cada candidato, antes do convite, o Estado-Membro em causa concordou com as categorias de beneficiários (municípios ou associações de municípios) estabelecidas na secção 5.4 do Programa de Trabalho 2017 alterado, ou notificou a Comissão em contrário.



Para candidatos britânicos: Importa chamar a atenção para a necessidade de cumprir os critérios de elegibilidade durante *todo* o período de vigência da subvenção. Se o Reino Unido se retirar da UE durante o período de concessão sem ter celebrado um acordo com a UE que assegure que os candidatos britânicos continuam a ser elegíveis, deixará de receber financiamento da UE (embora continue, sempre que possível, a participar) ou terá de abandonar o projeto com base no artigo II.16.3.1., alínea a) (*alteração da situação jurídica do beneficiário*), da convenção de subvenção¹⁰.

6.2 Ações elegíveis

A iniciativa WiFi4EU visa prestar apoio a ações que:

- (1) Sejam realizadas por municípios que têm de planear e supervisionar a instalação de pontos locais de acesso sem fios interiores e exteriores em espaços públicos e que devem comprometer-se a:
 - a) Manter a(s) rede(s) WiFi4EU plenamente funcional(is) por um período de três anos a contar da data da notificação de confirmação da Agência descrita no artigo 4.2 da convenção de subvenção;
 - b) Deve reconfigurar a(s) rede(s) WiFi4EU a fim de as ligar à solução de monitorização e autenticação securizada em plena conformidade com os requisitos estabelecidos no ponto 6.2.1.¹¹
- (2) Melhorem a conectividade de banda larga de alta velocidade que permita proporcionar aos utilizadores uma experiência de Internet de alta qualidade que:
 - a) Seja gratuita e isenta de condições discriminatórias, de fácil acesso e que utilize os melhores e mais recentes equipamentos disponíveis, capazes de fornecer aos seus utilizadores uma conectividade de alta velocidade;
 - b) Apoie o acesso a serviços digitais inovadores, tais como os prestados por infraestruturas de serviços digitais;
 - c) Para efeitos de acessibilidade, proporcione acesso a serviços pelo menos nas línguas relevantes do Estado-Membro em causa e, na medida do possível, noutras línguas oficiais da UE;
 - d) Seja disponibilizada nos centros de vida social local, inclusive nos espaços exteriores acessíveis ao público em geral que tenham um papel importante na vida social das comunidades locais.
- (3) Utilizem a identidade visual comum fornecida pela Comissão (*ver a secção 11 infra*);
- (4) Se comprometam a adquirir os equipamentos necessários e os serviços de instalação conexos, quando necessário em conformidade com a legislação

¹⁰ O modelo de convenção de subvenção está disponível no sítio Web do convite:

<https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>

¹¹ Prevê-se que a monitorização e autenticação securizada estejam implantadas nos próximos três anos.

aplicável, e a instalar os pontos de acesso Wi-Fi locais nas zonas onde ainda não existam ofertas semelhantes de conectividade Wi-Fi gratuita.

O vale WIFI4EU deve ser utilizado para financiar qualquer uma das seguintes ações:

- a) Instalação de uma rede Wi-Fi pública inteiramente nova
- b) Modernização de uma rede Wi-Fi pública existente
- c) Extensão da cobertura de uma rede Wi-Fi pública existente.

6.2.1 Requisitos da configuração e ligação da(s) rede(s) WiFi4EU à solução de monitorização CE

Sob reserva do quarto parágrafo infra, o beneficiário deve assegurar que os pontos de acesso financiados com um vale WiFi4EU apenas transmitem o SSID WiFi4EU e que as obrigações estipuladas no ponto 6.2.4 são plenamente aplicáveis.

O beneficiário deve assegurar que a rede WiFi4EU com o SSID WIFI4EU é uma rede aberta, ou seja que não exige qualquer tipo de informação de autenticação (como a utilização de uma senha) para aceder a ela. O beneficiário deve assegurar que, depois de o utilizador se ter ligado à rede, a rede WiFi4EU com SSID WiFi4EU apresenta um portal cativo https para autorizar o utilizador a ligar-se à Internet.

Salvo disposição na legislação nacional em conformidade com o direito da União, a ligação à Internet através do SSID WiFi4EU não exigirá qualquer registo ou autenticação no portal cativo e será completada com o botão de «um clique para ligar» no portal cativo.

O beneficiário pode transmitir um SSID adicional em ligações adequadamente securizadas referidas no ponto 6.2.1.2 desde o início da Fase I e sob a sua responsabilidade. O beneficiário pode também transmitir um SSID adicional desde que seja limitado a uso interno do beneficiário e não afete indevidamente a qualidade do serviço prestado ao público. Em ambos estes casos, o beneficiário deve diferenciar adequadamente esses SSID do SSID WiFi4EU aberto e assegurar que as obrigações estipuladas nos pontos 6.2.3 e 6.2.4 são plenamente aplicáveis.

Relativamente a pontos de acesso não financiados pelo vale WiFi4EU, o beneficiário pode também transmitir o SSID WiFi4EU (como o único SSID ou em paralelo com o seu SSID local existente). O beneficiário deve assegurar que, pelo menos para a ligação de utilizadores finais ao SSID WiFi4EU, sejam plenamente aplicáveis as obrigações estipuladas nos pontos 6.2.3 e 6.2.4 e no presente ponto 6.2.1.

A ligação à solução de monitorização CE deve ser implementada segundo uma abordagem em duas fases.

6.2.1.1 Fase I

O registo, a autenticação, a autorização e a contagem dos utilizadores é da responsabilidade de cada beneficiário, em conformidade com a legislação nacional e da UE.

O beneficiário deve assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos para o portal cativo no SSID WiFi4EU:

- a) A rede WiFi4EU com o SSID WiFi4EU deve utilizar um portal cativo https para a interface com os utilizadores.

O portal cativo deve estabelecer um período para o reconhecimento automático dos utilizadores anteriormente ligados, de forma a que o portal cativo não seja mostrado novamente em cada religação. Este período deve ser reinicializado automaticamente todos os dias às 00:00 horas ou, pelo menos, ser configurado para um máximo de 12 horas.

- b) O nome de domínio associado ao portal cativo https deve ser clássico (não-IDN), composto por caracteres de «a» a «z», dígitos de 0 a 9 e hífen (-).
- c) Identidade visual: o portal cativo deve incluir a identidade visual WiFi4EU.
- d) O portal cativo deve incorporar um fragmento de código de rastreamento («tracking snippet») para a Agência poder monitorizar a rede WiFi4EU à distância.

As orientações para a instalação do código de rastreamento estão disponíveis em: <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>. O fragmento de código não recolherá quaisquer dados pessoais. Servirá para contar o número de utilizadores que se ligam à rede WiFi4EU, carregar a identidade visual da WiFi4EU e verificar se esta é visualizada corretamente.

- e) O portal cativo deve conter uma declaração de exoneração de responsabilidade informando claramente os utilizadores que a rede WiFi4EU é uma rede pública aberta. A declaração de exoneração de responsabilidade deve igualmente incluir as recomendações de precaução geralmente apresentadas quando do acesso à Internet através de tais redes.

O beneficiário tem direito a criar redes WiFi4EU distintas financiadas com o mesmo vale, cada uma delas com um nome de domínio diferente e um portal cativo diferente. A obrigação nos termos do artigo 9.º da convenção de subvenção de manter a rede WiFi4EU ativa por um período de 3 anos a contar da data de verificação pela Agência é aplicável a todas essas redes WiFi4EU financiadas pelo mesmo vale.

A Fase I é aplicável até o beneficiário receber a notificação de ativação da Fase II. Uma vez notificado, o beneficiário tem a obrigação, nos termos do artigo 9.º da convenção de subvenção, de adaptar a configuração da rede em conformidade com os requisitos estabelecidos no ponto 6.2.1, conforme descrito de forma mais pormenorizada na notificação, dentro do prazo aí indicado.

6.2.1.2 Fase II

Numa fase posterior, será definido um sistema de monitorização e autenticação securizada a nível da UE, que terá a possibilidade de evoluir para uma arquitetura federada.

Nos termos do artigo 9.º da convenção de subvenção, quando a solução de monitorização e autenticação securizada estiver operacional, o beneficiário deve reconfigurar a(s) rede(s) WiFi4EU a fim de as ligar a esse sistema. Essa reconfiguração incluirá manter o SSID WiFi4EU aberto através do portal cativo, acrescentar um SSID WiFi4EU para ligações adequadamente securizadas (quer trocando o seu sistema local securizado existente pelo comum, quer acrescentando simplesmente o comum como um terceiro SSID) e assegurar que a solução possa monitorizar as redes WiFi4EU a nível de ponto de acesso.

O registo e a autenticação dos utilizadores para o SSID da WiFi4EU aberta e para o SSID de base local relativamente a ligações securizadas, quando existentes, bem como a autorização e a contagem dos utilizadores para todos os SSID, continuam a ser da responsabilidade de cada beneficiário em conformidade com a legislação nacional e da UE.

6.2.2 *Requisitos técnicos para o equipamento Wi-Fi da(s) rede(s) WiFi4EU:*

O beneficiário deve instalar um certo número de pontos de acesso correspondente ao valor do vale no seu mercado. Em qualquer caso, deve instalar, no mínimo, o seguinte número, consoante a combinação de pontos de acesso interiores e exteriores:

Número mínimo de pontos de acesso exteriores	Número mínimo de pontos de acesso interiores
10	0
9	2
8	3
7	5
6	6
5	8
4	9
3	11
2	12
1	14
0	15

O beneficiário deve assegurar que cada ponto de acesso:

- Suporte utilização de dupla banda concorrente (2,4Ghz — 5Ghz)
- Tenha um ciclo de suporte superior a 5 anos
- Tenha um tempo médio entre falhas (MTBF) de, pelo menos, 5 anos
- Tenha um ponto único de gestão específico e centralizado para todas as AP de cada rede WiFi4EU
- Suporte IEEE 802.1x
- Cumpra o protocolo IEEE 802.11ac Wave I
- Suporte IEEE 802.11r
- Suporte IEEE 802.11k
- Suporte IEEE 802.11v
- Seja capaz de gerir um mínimo de 50 utilizadores simultaneamente sem degradação do desempenho
- Tenha, pelo menos, 2x2 canais múltiplos de entrada e de saída (MIMO)
- Cumpra o protocolo Hotspot 2.0 (programa de certificação Passpoint da Wi-Fi Alliance).

6.2.3 Requisitos de qualidade do serviço

A fim de assegurar que a rede WiFi4EU financiada é capaz de proporcionar ao utilizador um acesso de elevada qualidade, o beneficiário deve aderir a uma oferta equivalente que proponha a conectividade com a velocidade mais elevada disponível no mercado da zona em causa e, em qualquer caso, a uma oferta que disponibilize descarregamentos de, pelo menos, 30 Mbps. O beneficiário deve igualmente garantir que esta velocidade intermédia seja, pelo menos, equivalente à que utiliza para as suas necessidades de conectividade interna, se aplicável.

6.2.4 Obrigações relativas a encargos, publicidade e utilização dos dados

1. O beneficiário deve assegurar que o acesso dos utilizadores finais à rede WiFi4EU seja gratuito, isto é, que seja disponibilizado sem uma remuneração correspondente quer através de pagamento direto quer de outros tipos de compensação, nomeadamente que não haja publicidade comercial nem reutilização de dados pessoais para fins comerciais.
2. O beneficiário deve garantir que o acesso fornecido aos utilizadores finais pelos operadores de uma rede de comunicações eletrónicas também seja isento de discriminações, ou seja, fornecido sem prejuízo das restrições exigidas por força do direito da União, ou do direito nacional que cumpre o direito da União, sujeito à necessidade de garantir o bom funcionamento da rede e, em especial, à necessidade de assegurar uma repartição equitativa dos picos de capacidade entre os utilizadores.
3. Pode proceder-se regularmente a um tratamento para fins estatísticos e analíticos a fim de promover, monitorizar ou melhorar o funcionamento das redes. Para esse efeito, o armazenamento ou tratamento de dados pessoais deve ser devidamente anonimizado, em conformidade com a(s) declaração(ões) de privacidade específica(s) relevantes.

6.3 Critérios de exclusão

Um candidato pode ser excluído da participação no convite à apresentação de candidaturas caso se encontre em qualquer das situações previstas no artigo 136.º do Regulamento Financeiro¹². Para esse efeito, o candidato será convidado a assinar uma declaração sob compromisso de honra através do Portal WiFi4EU. O Portal incluirá também uma ligação para a lista das situações de exclusão previstas no artigo 136.º do Regulamento Financeiro.

7. PROCESSO DE SELEÇÃO¹³

Os vales serão atribuídos com base no princípio «primeiro a chegar, primeiro a ser servido», de acordo com o carimbo da hora da apresentação da candidatura selecionada, conforme registado no Portal WiFi4EU. O carimbo da hora é determinado após receção da candidatura pelo servidor central em função do relógio do servidor central na hora de verão da Europa Central (hora de Bruxelas). Além disso, a fim de assegurar uma distribuição geográfica equilibrada do financiamento, serão utilizados os seguintes critérios na seleção das candidaturas:

¹² Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1296/2013, (UE) n.º 1301/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1304/2013, (UE) n.º 1309/2013, (UE) n.º 1316/2013, (UE) n.º 223/2014 e (UE) n.º 283/2014, e a Decisão n.º 541/2014/UE, e revoga o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 (JO L 193 de 30.7.2018, p. 1).

¹³ Ver o anexo 4 do Programa de Trabalho 2017 alterado

1. Será concedido um número mínimo de 15 vales por Estado-Membro e país do EEE (Islândia e Noruega) no presente convite à apresentação de candidaturas, desde que sejam recebidas candidaturas suficientes desses países.
2. O número total de vales por Estado-Membro e país do EEE (Islândia e Noruega) não deverá exceder 8 % do orçamento do convite à apresentação de candidaturas.

Será estabelecida uma lista de reserva com um número limitado de candidaturas por país elegível. Caso seja disponibilizado orçamento, podem ser selecionadas candidaturas a partir da lista de reserva. Para esse efeito, serão aplicados os critérios supramencionados na seleção de candidaturas a partir da lista de reserva. A lista de reserva só será válida para o presente convite e os candidatos na lista de reserva serão informados do prazo de validade da mesma.

8. CONFORMIDADE COM O DIREITO DA UE

Em conformidade com o artigo 23.º do Regulamento Mecanismo Interligar a Europa (MIE), apenas serão financiadas ações em conformidade com o direito da UE.

9. DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

9.1 Princípios gerais

9.1.1 Outras fontes de financiamento

Nos termos do artigo 191.º do Regulamento Financeiro, uma ação só pode receber uma subvenção do orçamento da UE. Em nenhuma circunstância podem os mesmos custos ser financiados duas vezes pelo orçamento da UE.

9.1.2 Não retroatividade

Nos termos do artigo 193.º do Regulamento Financeiro, não podem ser concedidas subvenções retroativamente a ações que já estejam concluídas na data de entrada em vigor da convenção de subvenção.

9.2 Forma de financiamento

9.2.1 Forma da subvenção

As subvenções concedidas no âmbito do presente convite à apresentação de candidaturas assumirão a forma de uma contribuição de montante fixo de 15000 EUR por beneficiário.

9.2.2 Duração da ação

A data de início da ação é a data da entrada em vigor da convenção de subvenção e a sua duração é, no máximo, de 18 meses.

9.3 Modalidades de pagamento

De acordo com os termos da convenção de subvenção, o pagamento do montante fixo será feito à empresa que efetua a instalação Wi-Fi depois de a instalação ter sido confirmada como estando operacional em conformidade com a convenção de subvenção. O pagamento será efetuado o mais rapidamente possível num prazo máximo de 60 dias por transferência para a conta bancária indicada no Portal WiFi4EU pela empresa de instalação da rede Wi-Fi. Tenha em atenção que a empresa de instalação da rede Wi-Fi tem de carregar uma declaração bancária válida e legível, ou documento equivalente.

Se o beneficiário:

- a) Não cumprir a obrigação de manter a instalação Wi-Fi ativa durante um período de três anos;
- b) Deve reconfigurar a(s) sua(s) rede(s) WiFi4EU a fim de a(s) ligar à solução de monitorização e autenticação securizada em plena conformidade com os requisitos estabelecidos no ponto 6.2.1.

poderá proceder-se à recuperação do vale junto do beneficiário.

A Agência não intervirá nas relações contratuais do beneficiário com a empresa de instalação da rede Wi-Fi.

10. CONVENÇÃO DE SUBVENÇÃO

Os municípios selecionados serão convidados pelo INEA a assinar uma convenção de subvenção, expressa em euros, que fixa de forma pormenorizada as condições de financiamento. O modelo de convenção de subvenção, disponível em todas as línguas oficiais da UE, não é negociável¹⁴.

A convenção de subvenção é assinada pelo representante legal (presidente/chefe do município). Caso o representante legal deseje nomear outra pessoa para assinar a convenção de subvenção, devem ser carregados no Portal WiFi4EU os seguintes documentos, o mais tardar antes da respetiva assinatura:

- 1. Formulário relativo a pessoa autorizada¹⁵
- 2. Bilhete de identidade/passaporte da pessoa autorizada

Note que o signatário autorizado terá de utilizar o seu próprio EU Login¹⁶ para assinar a convenção de subvenção.

11. PUBLICIDADE

¹⁴ O modelo de convenção de subvenção está disponível no sítio Web do convite:
<https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>

¹⁵ O modelo está disponível aqui: <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>

¹⁶ Ver a nota de pé-de-página 5 sobre a forma de obter uma conta EU Login.

As regras relativas à identidade visual a respeitar para ações de publicidade por parte dos beneficiários no que diz respeito à iniciativa WiFi4EU podem ser consultadas aqui: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/policies/wifi4eu-free-wi-fi-europeans>.

12. INFORMAÇÕES AOS CANDIDATOS E PROCEDIMENTO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

12.1 Informações aos candidatos

As informações práticas sobre este convite à apresentação de candidaturas (ou seja, modelo de convenção de subvenção, Programa de Trabalho alterado da vertente Telecomunicações do MIE 2017, Programa de Trabalho 2018 e legislação relevante) estão disponíveis na página WiFi4EU do sítio Web do INEA: <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>.

Recomenda-se aos candidatos que consultem regularmente este sítio Web, bem como o Twitter da INEA (@ inea_eu) até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas.

Todas as perguntas relacionadas com o presente convite devem ser dirigidas ao serviço de assistência (*Helpdesk*) do convite através do Portal WiFi4EU¹⁷. A resposta será dada por esse serviço diretamente para o correio eletrónico utilizado para o envio da pergunta.

As respostas sobre perguntas recorrentes podem ser publicadas na lista sobre perguntas frequentes (FAQ) disponível no sítio do Mercado Único Digital¹⁸ e também acessível através da página Web do presente convite.

12.2 Procedimento de apresentação de candidaturas

As candidaturas só podem ser apresentadas por via eletrónica, desde que os documentos exigidos tenham sido carregados no Portal WiFi4EU através da sua conta EU Login utilizada para o registo do município no Portal. Além disso, as candidaturas devem ser apresentadas depois da data de abertura do convite: **7/11/2018 às 13:00.00 horas (CET) (hora de Bruxelas)** e antes do termo do prazo do convite: **9/11/2018 de 2018 às 17:00:00 CET (hora de Bruxelas)**. São aceites candidaturas em todas as línguas oficiais da UE.

O candidato pode clicar no botão para apresentar a sua candidatura em qualquer momento. No entanto, qualquer tentativa de apresentação antes da abertura formal do convite à apresentação de candidaturas de acordo com o relógio do servidor central será automaticamente recusada. O candidato será imediatamente informado do facto e poderá tentar novamente. O candidato será informado quando a candidatura é apresentada com sucesso após a abertura do convite.

Ver também a secção 6 supra relativa à obrigatoriedade de apresentação de documentos comprovativos.

¹⁷ Ver www.wifi4eu.eu

¹⁸ Ver <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/policies/wifi4eu-free-wi-fi-europeans>

Os candidatos serão informados dos resultados do processo de seleção em tempo oportuno.

13. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A resposta a qualquer convite à apresentação de candidaturas implica o registo e o tratamento de dados pessoais (como nome e endereço) através do Portal WiFi4EU. Esses dados serão tratados em conformidade com a legislação aplicável.

Salvo indicação em contrário, as perguntas e quaisquer dados pessoais solicitados serão tratados exclusivamente para efeitos da concessão de vales em conformidade com o convite à apresentação de candidaturas e, no caso das candidaturas aceites, para fins de gestão das subvenções. Os dados pessoais incluídos na candidatura (nome, apelido, endereço de correio eletrónico, dados sobre a sua posição na organização, bilhete de identidade/passaporte) serão tratados dentro dos limites definidos no Regulamento n.º 45/2001¹⁹ e com base na «necessidade de conhecer».

Os responsáveis conjuntos pelo tratamento de dados são a DG CONNECT e a INEA.

Na declaração de confidencialidade acessível na página de acolhimento do Portal Wifi4EU estão disponíveis mais informações relativas ao tratamento dos dados pessoais dos candidatos.

Os dados pessoais dos candidatos (por exemplo, nome, endereço, forma jurídica e nome das pessoas com poderes de representação) podem ser registados no Sistema de Detecção Precoce e de Exclusão («EDES») estabelecido pela Comissão, caso o beneficiário se encontre numa das situações mencionadas no artigo 136.º, n.º 1, e no artigo 141.º do Regulamento (UE, Euratom) n.º 2018/1046²⁰.

Para mais informações sobre o EDES (incluindo os motivos para estar registado na base de dados), consultar:

http://ec.europa.eu/budget/explained/management/protecting/protect_en.cfm

e a declaração de privacidade do sistema EDES no seguinte endereço:

http://ec.europa.eu/budget/library/explained/management/protecting/privacy_statement_e_des_en.pdf

Os candidatos são informados de que, para garantir a proteção dos interesses financeiros da União, os seus dados pessoais podem ser transmitidos aos serviços internos de auditoria, à Comissão Europeia, ao Tribunal de Contas Europeu, à instância especializada em matéria de irregularidades financeiras ou ao Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

¹⁹ Ver <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32001R0045>

²⁰ Ver <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1533027354880&uri=CELEX:32018R1046>